ISSN: 2358-8829

ABORDAGEM DA DEFICIÊNCIA VISUAL NOS ANOS INICIAIS: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA PROMOVER IGUALDADE, DIVERSIDADE E ACESSIBILIDADE NA APRENDIZAGEM.[1]

Luana Karla Rodrigues de Araujo [2]
Alexandra Bezerra dos Santos [3]
Deloar Duda de Oliveira [4]

INTRODUÇÃO

A inclusão educacional encontra-se respaldada por um conjunto de legislações que asseguram o direito à educação e à permanência dos estudantes com deficiência nas instituições de ensino. Nesse sentido, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece, em seu artigo 27, que a educação constitui um direito da pessoa com deficiência, devendo ser garantido um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e ao longo de toda a vida (BRASIL, 2015). O referido dispositivo legal também atribui ao Estado, à família, à comunidade escolar e à sociedade a responsabilidade de assegurar uma educação de qualidade, evidenciando que a efetivação da inclusão exige a participação coletiva e a implementação de políticas públicas que promovam a equidade e a acessibilidade.

Nessa perspectiva, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) destaca a necessidade de garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial por meio de recursos, serviços e estratégias pedagógicas que eliminem barreiras no ambiente escolar (BRASIL, 2008). Entre esses estudantes, encontram-se aqueles com deficiência visual, cuja participação no processo de ensino e aprendizagem requer práticas pedagógicas acessíveis, materiais adaptados e recursos que favoreçam a autonomia e a construção do conhecimento.

Apesar dos avanços legislativos e das iniciativas voltadas à promoção da educação inclusiva, ainda existem desafios relacionados à formação docente e à utilização de recursos

[1] Esta pesquisa é resultado de um projeto de extensão realizado no 5º período do curso de Pedagogia

[2] Graduando do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Brasileiro- UNIBRA, luanaubped.2025@gmail.com;
[3] Mestranda do Curso de Mestrado em Educação - La Universidad Europea del Atlantico- UNEATLANTICO, Espanha, profalexandrabs@gmail.com
[4] Doutora, Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA, deloar.duda@grupounibra.com.

ISSN: 2358-8829

pedagógicos acessíveis. Dados do Painel de Indicadores da Educação Especial, desenvolvido pelo Instituto Rodrigo Mendes, apontam que, até 2022, dos 2.315.616 professores regentes atuantes no país, 94,2% não possuíam formação continuada em educação especial. Entre os docentes que atuavam no Atendimento Educacional Especializado (AEE), 44,3% apresentavam essa formação (Instituto Rodrigo Mendes, 2023). Esses indicadores evidenciam a necessidade de ampliar as oportunidades de formação continuada e de oferecer subsídios que auxiliem os profissionais da educação na construção de práticas inclusivas.

Essa problemática também foi identificada em um estudo publicado nos *Arquivos Brasileiros de Oftalmologia*, em 2001, que investigou a percepção de professores de escolas regulares de Campinas, São Paulo, acerca de sua preparação para atender estudantes com deficiência visual. Os resultados apontaram que 94% dos participantes declararam não possuir formação específica na área, demonstrando dificuldades relacionadas à capacitação profissional para atender às necessidades educacionais desse público. Embora os dados sejam referentes a um contexto anterior, o estudo contribui para a compreensão histórica dos desafios enfrentados na preparação docente para a inclusão de estudantes com deficiência visual.

Diante desse cenário, torna-se relevante discutir estratégias pedagógicas que contribuam para a acessibilidade curricular e para a participação efetiva dos estudantes com deficiência visual no ensino regular. Assim, o presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir recursos e estratégias pedagógicas que possam auxiliar os docentes no processo de ensino e aprendizagem desses estudantes, favorecendo a construção de práticas educacionais inclusivas. Para tanto, busca-se identificar possibilidades de adaptação dos materiais didáticos, refletir sobre a importância da formação continuada dos professores e destacar a contribuição dos recursos acessíveis para a promoção da autonomia e da igualdade de oportunidades no ambiente escolar.

Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e documental, associado a visitas de campo realizadas na Escola Municipal dos Coelhos, localizada no Recife, Pernambuco. O levantamento bibliográfico e documental contemplou a consulta a legislações educacionais, documentos oficiais, indicadores educacionais e estudos científicos relacionados à educação inclusiva e à deficiência visual. Além disso, foram realizadas visitações na instituição escolar com o objetivo de apresentar aos estudantes estratégias que favoreçam a inclusão de pessoas com deficiência visual,

ISSN: 2358-8829

promovendo a conscientização sobre a diversidade e a importância de atitudes inclusivas no ambiente escolar. As atividades também contemplaram o diálogo com o professor regente acerca da relevância da formação continuada no processo de inclusão educacional, bem como da confecção e utilização de materiais pedagógicos adaptáveis às necessidades dos estudantes com deficiência visual.

Dessa forma, a articulação entre o levantamento teórico e as ações desenvolvidas no contexto escolar possibilitou relacionar os fundamentos legais e científicos da educação inclusiva às práticas pedagógicas, ressaltando a importância da participação da comunidade escolar, da preparação docente e da acessibilidade dos recursos didáticos para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo.

As discussões desenvolvidas evidenciam que a existência de legislações e políticas públicas, embora fundamental, não garante, isoladamente, a efetivação da inclusão. É necessário que as instituições de ensino disponham de condições adequadas de acessibilidade, profissionais preparados e estratégias pedagógicas que considerem as particularidades dos estudantes. Nesse sentido, os recursos acessíveis e as práticas inclusivas apresentam potencial para reduzir barreiras à aprendizagem e ampliar a participação dos estudantes com deficiência visual nas atividades escolares.

Conclui-se, portanto, que a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva depende da articulação entre políticas públicas, formação continuada dos professores e utilização de recursos pedagógicos acessíveis. Dessa forma, a discussão sobre estratégias de ensino destinadas aos estudantes com deficiência visual constitui uma contribuição relevante para o fortalecimento das práticas docentes e para a garantia do direito à educação em condições de equidade.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa foi desenvolvida a partir de estudos teóricos e de uma abordagem qualitativa, articulando o levantamento bibliográfico com uma ação educativa realizada na Escola Municipal dos Coelhos, localizada no bairro dos Coelhos, na cidade do Recife, Pernambuco. A intervenção teve como público-alvo uma turma do 4º ano do Ensino Fundamental, composta por 24 estudantes, e buscou promover a conscientização sobre a deficiência visual, os desafios enfrentados por essas pessoas no cotidiano e os recursos de acessibilidade que favorecem sua autonomia e participação social.

ISSN: 2358-8829

A ação foi organizada em quatro etapas, realizadas nos dias 19 e 29 de setembro e 3 e 17 de outubro de 2025. Como instrumentos e estratégias de coleta de informações, foram utilizados um questionário inicial com perguntas abertas, registros das respostas e das dúvidas apresentadas pelos estudantes, observações durante as atividades, dinâmicas práticas, materiais pedagógicos adaptados e a apresentação de uma entrevista gravada em vídeo. Esses procedimentos possibilitaram identificar os conhecimentos prévios dos participantes, acompanhar suas interações durante as atividades e reunir informações qualitativas sobre as questões que despertaram seu interesse ao longo da intervenção.

A primeira etapa ocorreu em 19 de setembro de 2025, das 10h às 11h30, e teve início com uma sondagem dos conhecimentos prévios dos estudantes sobre a deficiência visual. Para isso, foi aplicado um questionário com três perguntas abertas: “O que você faria se encontrasse uma pessoa com deficiência visual em diferentes lugares, como na rua, no ônibus ou na escola?”; “Como você acha que pode ajudar uma pessoa com deficiência visual, sem atrapalhar e respeitando o jeito dela de fazer as coisas?”; e “Você imagina como uma pessoa com deficiência visual faz coisas do dia a dia, como ler, brincar, estudar ou andar por aí?”. A partir das respostas, foram identificadas dúvidas e manifestações de curiosidade que orientaram a abordagem dos conteúdos seguintes.

Em seguida, foram apresentados o conceito e a funcionalidade do sistema Braille, seu criador, Louis Braille, e os materiais utilizados para sua escrita, como a reglete, a punção e a cela Braille. Também foram abordados os diferentes tipos de deficiência visual, a identificação das bengalas utilizadas por pessoas com deficiência visual, o cão-guia e sua função, o capacitismo, a autonomia e a audiodescrição, além de símbolos de acessibilidade. Para finalizar essa etapa, foi realizada uma atividade tátil na qual os estudantes, com os olhos vendados, exploraram objetos variados dentro de uma caixa e tentaram identificá-los por meio do tato.

A segunda etapa foi realizada em 29 de setembro de 2025, das 10h às 11h30, e teve como questão norteadora: “Todo lugar é acessível?”. A partir das respostas dos estudantes, foram discutidos o conceito de acessibilidade e sua importância para a autonomia e a segurança das pessoas com deficiência visual. Foram apresentados recursos como o piso tátil e os sinais sonoros, além de relatos de pessoas com deficiência visual, utilizados para discutir as barreiras encontradas na mobilidade urbana e os riscos associados à ausência de adaptações nos espaços públicos e privados.

ISSN: 2358-8829

Posteriormente, foi realizada uma dinâmica de deslocamento na qual os estudantes deveriam percorrer o trajeto entre seus lugares e a mesa do professor, retornando em seguida. A atividade foi repetida com os olhos vendados, com o objetivo de estimular a reflexão sobre os obstáculos enfrentados por pessoas com deficiência visual em ambientes sem condições adequadas de acessibilidade. Após a dinâmica, foram retomadas questões relacionadas à mobilidade, à autonomia, à segurança e à responsabilidade coletiva na construção de espaços inclusivos.

A terceira etapa ocorreu em 3 de outubro de 2025, das 10h às 11h30, e começou com a retomada dos conteúdos trabalhados nos encontros anteriores, especialmente aqueles relacionados ao sistema Braille, à reglete, à punção e à trajetória de Louis Braille. Também foi apresentado o guia de assinatura, recurso que auxilia pessoas com deficiência visual a localizar o espaço destinado à assinatura. Em seguida, foram explicadas a organização dos pontos na cela Braille e sua correspondência com as letras.

Como atividade prática, foi confeccionado um material pedagógico adaptado com papelão, folha de papel, material emborrachado e lã, com o propósito de representar em alto-relevo os pontos correspondentes às vogais no sistema Braille. Os estudantes foram convidados a explorar o material pelo tato, inclusive com os olhos vendados, relacionando a experiência tátil às explicações e representações visuais apresentadas anteriormente. A atividade buscou favorecer a compreensão da organização espacial dos pontos e demonstrar possibilidades de produção de materiais pedagógicos acessíveis com recursos simples.

Ao final do encontro, foi aberto um espaço para que os estudantes apresentassem perguntas e curiosidades sobre a vida cotidiana das pessoas com deficiência visual. Entre as questões levantadas, destacaram-se dúvidas sobre orientação e mobilidade dentro de casa e na rua, o uso do celular, o deslocamento até o trabalho, a utilização de espaços sem piso tátil e as diferentes formas de perceber o ambiente. As perguntas foram registradas e utilizadas para orientar o planejamento da etapa seguinte.

A quarta e última etapa foi realizada em 17 de outubro de 2025, das 7h30 às 8h, e consistiu na apresentação de uma entrevista gravada em vídeo com Michelle Alheiros, identificada na atividade como coordenadora vinculada à área de tiflologia do CAP-PE, relacionada ao Atendimento Educacional Especializado no Recife. O material foi utilizado para responder às perguntas formuladas pelos estudantes no encontro anterior, aproximando-os de informações e experiências compartilhadas por uma profissional da área. Durante a

ISSN: 2358-8829

exibição, os alunos demonstraram interesse pelo conteúdo e manifestaram vontade de compartilhar o vídeo com seus familiares. A entrevista encontra-se disponível na plataforma YouTube.

Os dados qualitativos foram sistematizados descritivamente, considerando as respostas ao questionário inicial, as perguntas formuladas pelos estudantes, a participação nas atividades e as manifestações de interesse observadas durante os encontros. A análise buscou identificar aspectos relacionados aos conhecimentos prévios, à compreensão dos recursos de acessibilidade, à percepção das barreiras ambientais e à reflexão sobre a autonomia das pessoas com deficiência visual. Dessa forma, a metodologia articulou pesquisa teórica e intervenção educativa, possibilitando discutir estratégias para a promoção da inclusão e da acessibilidade no contexto escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelecem a necessidade de garantir acesso, participação e aprendizagem às pessoas com deficiência. Entretanto, a efetivação desse direito ainda enfrenta desafios relacionados à acessibilidade, à formação docente e à disponibilidade de recursos pedagógicos adaptados.

Segundo Mantoan (2015), a inclusão exige transformações nas práticas educacionais para atender à diversidade dos estudantes. Nessa perspectiva, Sassaki (2006) compreende a acessibilidade como um elemento fundamental para eliminar barreiras e favorecer a autonomia e a participação social das pessoas com deficiência. No contexto educacional, estudantes com deficiência visual necessitam de estratégias pedagógicas que ampliem as possibilidades de acesso ao conhecimento, como materiais táteis, sistema Braille, audiodescrição e recursos adaptados.

Conforme a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1991), a interação social e a mediação contribuem para o desenvolvimento e a aprendizagem, reforçando a importância de atividades que estimulem a participação ativa dos estudantes. Além disso, a formação continuada dos professores é essencial para o desenvolvimento de práticas inclusivas e para a produção de materiais pedagógicos acessíveis.

ISSN: 2358-8829

Dessa forma, a sensibilização da comunidade escolar, associada à utilização de recursos adaptados e à reflexão sobre as barreiras existentes na sociedade, pode contribuir para o respeito à diversidade, a superação do capacitismo e a construção de ambientes educacionais mais acessíveis e inclusivos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades desenvolvidas ao longo do projeto apresentaram resultados positivos, especialmente quanto à participação dos estudantes e à ampliação dos conhecimentos sobre deficiência visual, acessibilidade e inclusão social. As perguntas relacionadas ao cotidiano despertaram a curiosidade das crianças, favoreceram o diálogo e permitiram discutir dúvidas e conhecimentos prévios sobre o tema.

As apresentações teóricas e práticas estimularam reflexões sobre as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência visual e a importância de garantir autonomia, respeito e igualdade de participação. Essa experiência dialoga com Mantoan (2015), que destaca a necessidade de transformar as práticas educacionais para atender à diversidade, e com Vygotsky (1991), cuja perspectiva valoriza a interação social e a mediação no processo de aprendizagem.

O contato com o sistema Braille, as embalagens acessíveis e os materiais pedagógicos táteis possibilitaram compreender a importância desses recursos para o acesso à informação e à aprendizagem. Essa abordagem relaciona-se às contribuições de Sassaki (2006), que destaca a acessibilidade como elemento essencial à participação social das pessoas com deficiência.

A dinâmica sobre mobilidade urbana também incentivou a reflexão sobre obstáculos presentes nos espaços públicos e privados. Embora a atividade com os olhos vendados tenha contribuído para discutir orientação espacial e acessibilidade, ela deve ser entendida como uma estratégia de sensibilização, e não como reprodução da experiência de pessoas com deficiência visual. A entrevista em vídeo com uma profissional da área ampliou as discussões e despertou o interesse dos estudantes, que manifestaram vontade de compartilhar o conteúdo com seus familiares.

De modo geral, os resultados observados evidenciam o potencial de práticas pedagógicas interativas para promover o conhecimento, o respeito às diferenças e a reflexão

ISSN: 2358-8829

crítica sobre a inclusão. Entretanto, a participação e o interesse demonstrados não comprovam, isoladamente, mudanças permanentes de comportamento. Assim, o projeto reforça a importância de ações educativas contínuas e da formação docente para a construção de ambientes escolares mais acessíveis, acolhedores e inclusivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em questão teve como objetivo refletir sobre a inclusão da pessoa com deficiência visual nos anos iniciais do ensino fundamental, estudando estratégias pedagógicas que contribuem com a igualdade, a diversidade e a acessibilidade na aprendizagem. Iniciando do problema central, como promover práticas inclusivas que garantem a participação efetiva do estudante com deficiência visual no ambiente escolar, averiguou-se que a formação docente, a utilização de ferramentas acessíveis e a conscientização da comunidade escolar são componentes determinantes para a confirmação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

As intervenções realizadas na Escola Municipal dos Coelhos comprovaram resultados expressivos no que diz respeito à sensibilização dos alunos sobre o tema da deficiência visual. As atividades práticas propostas como o uso de vendas, o contato com o Braille e as dinâmicas sobre mobilidade, permitiram uma vivência empática e reflexiva, provocando nos estudantes valores como respeito, solidariedade e empatia. Além disso, constatou-se um avanço na compreensão das barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência, da mesma forma como no reconhecimento da importância da acessibilidade no cotidiano social e escolar.

Com base nos referenciais teóricos, especialmente de autores como Vygotsky (1989) , Mantoan (2017) e Sassaki (2009) , entende-se que a inclusão vai além da adição física do aluno com deficiência na escola: ela requer mudanças nas práticas pedagógicas, revisão de atitudes e investimentos contínuos na formação docente. É necessário que a escola seja um ambiente onde todos possam aprender e conviver com as diferenças, construindo um ambiente de isenção e respeito mútuo.

Como autocrítica, confirma-se que o estudo apresentou limitações em relação ao tempo de execução das atividades e ao alcance da amostra, o que limita a generalização dos resultados. Contudo, os objetivos propostos foram alcançados, visto que o projeto contribuiu para a formação de alunos com uma consciência inclusiva e para o fortalecimento da prática pedagógica voltada a diversidade.

Sugere-se, que em trabalhos futuros, a ampliação das ações de extensão voltadas à formação continuada dos docentes que envolvam toda a comunidade escolar, de forma que se consolide uma cultura educacional verdadeiramente acessível e democrática.

Palavras-chave: Inclusão, Deficiência Visual, Acessibilidade, Formação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-normaatualizada-pl.pdf. Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/descontinuado/pnee.pdf. Acesso em: 16 out. 2025.

CECÍLIO, Camila. **Brasil tem alta demanda por formação continuada em educação especial.** DIVERSA, 27 nov. 2023. Disponível em: https://diversa.org.br/noticias/brasil-tem-alta-demanda-por-formacao-continuada-em-educacao-especial/. Acesso em: 16 out. 2025.

GASPARETTO, Maria Elisabete Rodrigues Freire; TEMPORINI, Edméa Rita Temporini; CARVALHO, Keila Miriam Monteiro de; KARA-JOSÉ, Newton. **O aluno portador de visão subnormal na escola regular: desafio para o professor?** Arquivos Brasileiros de Oftalmologia, v. 64, n. 1, p. 45-51, 2001. DOI: https://doi.org/10.1590/S0004-27492001000100009. Disponível em: https://www.aboonline.org.br/details/144/pt-BR/o-aluno-portador-de-visao-subnormal-na-escola-regular--desafio-para-o-professor-. Acesso em: 16 out. 2025.

IMBERNÓN, Francisco. **Formación docente y profesional: formarse para el cambio y la incertidumbre**. São Paulo: Cortez, 2010.

MANTOAN, M.T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 15. ed. Campinas: Autores Associados, 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2009.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.